

## A FORMAÇÃO TERRITORIAL BRASILEIRA NOS DOIS PRIMEIROS SÉCULOS DE COLONIZAÇÃO

Rafael Straforini<sup>1</sup>

### Resumo

A leitura da formação territorial brasileira nos dois primeiros séculos de colonização sempre esteve pautada nos tratados de fronteira e/ou nos ciclos econômicos, produzindo a compreensão de que a sua principal característica foi uma ocupação filiforme e em arquipélago. Torna-se necessário superar essa compreensão, uma vez que novos estudos têm evidenciado intensa articulação política, econômica e social entre os primeiros núcleos coloniais, entre esses com a metrópole, com a bacia do Rio da Prata e com África, num processo de solidariedade espacial (territorial).

**Palavras-chave:** Formação territorial, Brasil Colônia, ocupação em arquipélago

## LA FORMATION TERRITORIALE DU BRÉSIL AU COURS DES DEUX PREMIERS SIÈCLES DE COLONISATION

### Résumé

L'interprétation de la formation territoriale du Brésil, au cours des deux premiers siècles de colonisation, a toujours été subordonnée aux questions frontalières et/ou aux cycles économiques, accréditant l'idée que sa caractéristique principale était une occupation ténue, en archipels. Il convient à présent de dépasser cette interprétation dès lors que les études les plus récentes mettent en évidence une étroite corrélation politique, économique et sociale des premiers noyaux de colonisation entre eux, entre ces noyaux et la métropole ainsi qu'avec le bassin du Rio da Prata et l'Afrique, dans un processus de solidarité spatiale (territoriale).

**Mots-clés:** Formation territoriale, Brésil Colonie, occupation en archipel.

---

<sup>1</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, sob orientação do Prof. Dr. Maurício de Almeida Abreu. Prof. do Departamento de Estudos Aplicados ao Ensino da Faculdade de Educação e do Departamento de Geografia Humana do Instituto de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – UERJ. [rafaelstrafo@yahoo.com.br](mailto:rafaelstrafo@yahoo.com.br).



## INTRODUÇÃO

É sabido que a atual configuração do território brasileiro não foi estabelecida e definida com as primeiras experiências colonizadoras, mas sim como resultado de um longo processo de conquista territorial, iniciado no século XV e consolidado somente no século XX.

Dentre os trabalhos que estudam essa temática, destacam-se os historiográficos em oposição aos geográficos. No entanto, a riqueza do debate não está na simples oposição disciplinar, mas naquilo que ambas produziram como entendimento sobre o território brasileiro ao longo do tempo. Abreu (2000), acredita que a separação ou negligência dos geógrafos à dimensão temporal é resultado da própria institucionalização da disciplina. Para ele, a definição por Kant de que a Geografia e a História pertenciam ao mesmo campo científico – ciência empírica – fez com que se criassem movimentos internos a elas no sentido de diferenciá-las. Para o autor, o que está por detrás da diferenciação foi a definição do objeto de estudo, ou seja, se ambas são ciências sociais empíricas, caberia à História o estudo da sociedade no passado e à Geografia ao estudo da sociedade no presente. Como consequência desse pensamento o tempo foi abarcado na Geografia como sendo o presente. Já para Guelke (1984), o conflito não se limitava a uma definição temporal de passado ou de presente, mas também numa adjetivação a esse tempo. Enquanto a Histórica ficaria encarregado do tempo social passado, a Geografia utilizaria a conceituação de tempo tomada de empréstimo das ciências naturais.

O território colonial brasileiro pouco foi estudado na perspectiva geográfica, uma vez que recorrer ou fixar-se no tempo passado seria missão exclusiva da História. Todavia, a prudência nos permite afirmar que a tradição geográfica brasileira não foi tão negligente ao uso tempo em seus estudos, até porque, em virtude da herança francesa<sup>2</sup>,

---

<sup>2</sup> J. Brunhes explicita essa tradição ao criticar os longos capítulos dedicados ao passado nos estudos regionais franceses, mais precisamente, à evolução histórica de uma determinada região. Para ele, “Quem é geógrafo sabe abrir os olhos e ver! (...) Consequentemente, o método geográfico (...) é um método que privilegia o estudo exato, preciso, do que existe hoje (...) Os geógrafos não devem transformar-se em historiadores (grifo nosso, citado por ABREU, 2000, p. 14).



os estudos geográficos sempre apresentavam um capítulo ou uma sessão destinada à História da área (região) estudada.

O fato daqueles geógrafos terem recorrido ao tempo passado não os qualificava como historiadores, tão pouco contribuíram para uma leitura geográfica da formação territorial brasileira em seu período colonial, pois, em sua grande maioria retrocediam no tempo diacronicamente, apenas como condição para entender o tempo presente de um recorte espacial do território brasileiro (estudos regionais). Buscavam, nesse sentido, pontuar numa linha do tempo a evolução de uma região, sua população, suas fases de ocupação e as atividades econômicas pelas quais passou ao longo de um tempo seqüenciado, cuja consequência era sua organização espacial no espaço presente, ou seja, um tempo marcado pela lógica causa-consequência. Esse uso do tempo se filia perfeitamente ao *a priori* de Kant, pois o conhecimento do espaço presente não está em si, mas sim na sua intuição sensível advinda da experiência; um presente a partir do passado.

O presente artigo objetiva compreender a formação territorial brasileira nos dois primeiros séculos de colonização. Para tanto, recorreremos, inicialmente, a uma breve análise das leituras ou interpretações sobre a formação territorial produzida pela geografia brasileira, de forma que nos possibilite encontrar/marcas o momento e o contexto em que se produziu o conceito de “*ocupação em arquipélago*”, tão presente na história do pensamento geográfico brasileiro para, em seguida, buscarmos sua superação. Depois, passaremos a estudar diacronicamente o território colonial brasileiro. Todavia, não nos fixaremos na linearidade dos acontecimentos e na rigidez do tempo cronológico marcado pela seqüência dos dois primeiros séculos de colonização, mas num exercício de periodização marcado por eventos sócio-espaciais ocorridos tanto na escala global, quanto na escala local que marcaram especificidades na formação territorial brasileira no período em questão.

## **I - A formação territorial brasileira na Geografia Brasileira**

Artigo encaminhado para publicação em junho de 2008.

Artigo aceito para publicação em julho de 2008.

ISSN: 1981-9021 – Geo UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008. 25p.



O pensamento geográfico sobre a formação do território brasileiro produzido até a década de 1930 se sobrepõe à historiografia clássica de Varnhagem (1981), Cortesão (s.d), Magalhães (1978), Ellis Jr. (1938). Para esses, a leitura do território pautou-se quase que exclusivamente na obsessão em demonstrar o sucesso da expansão e fixação das fronteiras da América Portuguesa a partir dos tratados internacionais firmados entre as Coroas portuguesa e espanhola, baseados no princípio do *uti possidetis*, bem como no mito do homem (bandeirante) desbravador. Moraes (2000, p.25), chama esse olhar historiográfico de “ótica jurídicista”, porque “reduz a conformação do território à confirmação legal de seus limites, tornando a história territorial em um estudo do estabelecimento das fronteiras.” Magnoli (2002-2003, p.29), por sua vez, identifica nessa narrativa o mito da “noção de território nacional prévio, incrustado na natureza e politicamente delimitado pela Coroa portuguesa”.

Embora Aires de Casal não fosse geógrafo, ainda no século XIX, em sua *Corografia Brasílica*<sup>3</sup>, a sua leitura da configuração territorial não fugiu à regra dos primeiros historiadores ao apoiar-se nos aspectos da dimensão de tamanho, de forma, aos pontos extremos, aos limites e fronteiras e, sobretudo, a um território que se resultou da assinatura de tratados e de acordos internacionais. Cabral (1953, p.21)<sup>4</sup>, em sua *Corographia* do Brasil, já no século XX, mantém o mesmo argumento de que a formação do território brasileiro é resultado de assinaturas de tratados internacionais, garantido previamente pelo “arroyo dos bandeirantes e das missões religiosas, que deslocou essa linha [Tordesilhas] para O [oeste], e o Brasil, graças principalmente a esses dois fatores, chegou até quase aos contrafortes dos Andes” (grifo nosso). Em todo momento, o autor reverencia “o forte trabalho da diplomacia brasileira”, nas assinaturas dos tratados com todos os países limítrofes.

A partir da década de 1940, a leitura da formação territorial meramente jurídicista foi sendo substituída por uma leitura sob influência da História Econômica, inicialmente pautada em Prado Jr. (1976) e, depois, em Faoro (1984), Simonsen (1967),

<sup>3</sup> A primeira edição foi impressa no Rio de Janeiro, em 1817, “com Licença e Privilégio Real”, na Impressão Real.

<sup>4</sup> Primeira edição do livro *Corographia* do Brasil, de Mario da Veiga Cabral data de 1916.



Sodré (1990), Furtado (2000) e Novais (1983). Monbeig (1975), se apropria dessa leitura, no entanto, adapta-a à tradição francesa do fazer geográfico, associando *gênero de vida* aos ciclos de desenvolvimento econômico. Para o autor, cada um dos três grandes ciclos ocupou uma região própria e com pouca comunicação com as demais, formando verdadeiras “ilhas de povoamento” (MONBEIG, 1975, p.65).

Nesse período da geografia brasileira, destacam-se também os trabalhos que buscaram compreender a formação territorial brasileira a partir do estabelecimento dos primeiros núcleos urbanos (AZEVEDO, 1994; DEFFONTAINES 2004), pois eram nestes que estavam localizados os epicentros das lógicas políticas, sociais e econômicas de cada um dos grandes ciclos econômicos.<sup>5</sup> Azevedo (1994), ao localizar pontualmente os núcleos e/ou centros urbanos envoltos por uma mancha ou sua hinterlândia, traz à luz o processo de ocupação e a relação existente entre essas duas entidades espaciais: o Centro e a sua Hinterlândia.

Mais recentemente, Andrade (2000), analisa o processo de produção do território brasileiro a partir dos tratados e acordos fronteiriços.<sup>6</sup> Todavia, diferencia-se dos geógrafos da virada do século XIX e início do XX, uma vez que elabora sua análise à luz do “antigo sistema colonial”, ou seja, tomando os interesses dos poderes metropolitanos sediados em Portugal e Espanha. Para o autor, o território brasileiro se limita a um projeto metropolitano de expansão da fronteira a partir da pré-configuração do Tratado de Tordesilhas e ao palco de ação do exclusivo metropolitano, descartando os interesses advindos da própria colônia.

Moraes (2000) traz importante contribuição para a compreensão da formação territorial brasileira ao propor uma “leitura geográfica da história da América Portuguesa”. Para tanto, questiona e desconstrói alguns mitos que estão sempre presentes

---

<sup>5</sup> Abreu (1996), em artigo sobre as cidades no Brasil do passado identificou inúmeros trabalhos que discutem a origem e a evolução historiográfica dos núcleos urbanos do país. Porém, como bem retratou em outro artigo, (ABREU, 2000), tais trabalhos pretendem traçar apenas a evolução diacrônica da morfologia das cidades objetivando a compreensão do tempo presente.

<sup>6</sup> O autor inicia sua leitura da configuração territorial pautado em “termos juristas”: “O Brasil já nasceu com o seu território delimitado, ao contrário da maioria dos países do mundo” (ANDRADE, 2000, p.62). A delimitação a que ele se refere é o Tratado de Tordesilhas que será o fio condutor de toda a sua análise.

quando se pretende dar conta de tal tarefa: i) a ideologia de cunho nacionalista, presa à valorização dos mitos bandeirante e de destino manifesto; ii) a expansão espacial com intencionalidade exclusiva da Coroa portuguesa; iii) a perspectiva econômica (de tradição historiográfica) para pensar o território brasileiro<sup>7</sup>; iv) a noção de *situação colonial* que imprime uma idéia de projeto expansionista pautado exclusivamente nos interesses metropolitanos. Sob estas perspectivas analíticas, o “território colonial é, portanto, um anexo no espaço imperial da Metrópole” (MORAES, 2000, p.410). Uma leitura geográfica do Brasil colonial não pode descartar as dimensões da formação social, política, econômica e espacial. Para o autor, não há como descartar a presença portuguesa desse processo, até porque é a sua presença que configura o território brasileiro. Em suas palavras:

é a ocupação efetiva que qualifica a Colônia, que objetiva com espaço subordinado. Portanto, o Brasil nasce e se desenvolve sob o signo da conquista territorial: trata-se da construção de uma sociedade e um território, e mais, de uma sociedade que vai ter na montagem do território um de seus elementos básicos de coesão e identidade sociais. Por isso, a dimensão espacial será uma das determinações em sua formação histórica. (MORAES, 2000, p.411)

Sua leitura torna-se inovadora para a compreensão da formação territorial brasileira do período colonial porque retira do estado português a exclusividade da ação de produção territorial. Ao trazer à tona a sociedade colonial como “atores espaciais”, evidencia o processo contraditório e, ao mesmo tempo, consensual dos interesses desses e da Metrópole sobre o território, produzindo espacialidades nada homogêneas sob o ponto de vista de uma unidade territorial. O território colonial se configura, nesse sentido, como “uma expressão espacial da formação social criada pela colonização,” negando o mito da unidade territorial e do território em arquipélago, pois,

suas determinações particularizaram a via colonial de desenvolvimento do capitalismo com singularidades e exotismos [...]. A colonização gera, portanto, uma especialização produtiva integrada dos lugares sob sua órbita, que são explorados segundo suas potencialidades em face da tecnologia disponível. (MORAES 2000, p.416)

---

<sup>7</sup> Para Moraes (2000, p.410), “uma dimensão fundamental para explicar a formação social brasileira é desconhecida em perspectivas em que a economia se descola totalmente de sua base espacial, tornando-se causa onipresente de toda a motivação do processo colonial”.



A superação do mito da unidade territorial e do território em arquipélago somente é possível a partir do exercício da periodização do período colonial que considere a dimensão geográfica ou espacial como a categoria central de análise. Ao mirarmos os dois primeiros séculos de colonização considerando a dimensão geográfica ou espacial como nossa categoria central de análise, foi possível identificar dois períodos históricos distintos, porém, no que diz respeito à configuração espacial, muito próximos, cuja marca maior foi a litoraneidade. Passaremos, agora, a apresentar brevemente cada um desses períodos.



## II – O período da instalação

O primeiro período geohistórico ocorreu durante o século XVI e se estendeu até a primeira metade do século XVII<sup>8</sup>, podendo ser sintetizado, sob o ponto de vista da configuração territorial, segundo Moraes (2000), em uma única palavra: “instalação” (MORAES, 2000). Para tanto, os portugueses preocuparam-se em fundar alguns núcleos de ocupação, reconhecer a faixa litorânea e, concomitantemente, explorar o pau-brasil (ainda abundante em quase toda a mata atlântica) como matéria-prima para tingimento de tecidos e para a construção de navios e móveis em Portugal. Ainda nas primeiras décadas do século XVI, o território da América Portuguesa foi dividido em quinze capitânicas hereditárias<sup>9</sup>, numa tentativa de superar a fracassada experiência de exploração baseada no sistema feitorial<sup>10</sup> implantado no Brasil logo após o seu “descobrimento”.

Embora a divisão territorial em capitânicas hereditárias não tenha atingido seus objetivos, serviu para demonstrar à Coroa portuguesa “a praticabilidade das colônias agrícolas no Brasil”, conforme anunciou Marchant, 1980, citado por Moraes (2000, p.302). Logo em seguida, em 1548, criou-se o Governo Geral do Brasil<sup>11</sup>, cujo objetivo

<sup>8</sup> Para Moraes (2000), o período histórico correspondente ao século XVI encerra-se somente em 1640 com a Restauração de Portugal. Para ele, durante todo esse período, dominou na América Portuguesa e em toda a Europa o período de estruturação da economia-mundo capitalista, inaugurada pela expansão marítima do final do Quatrocentos e comandada pelas potências navais ibéricas: Portugal e Espanha. Esse período se encerra na emergência de novas potências: Holanda e Inglaterra reveladas pela crise que deu fim a União Ibérica.

<sup>9</sup> As capitânicas hereditárias eram enormes faixas de terras que iam do litoral ao meridiano de Tordesilhas, entregues em forma de mercês aos capitães donatários, que não podiam vendê-las ou desmembrá-las, cabendo apenas ao Rei o poder de modificá-las ou excluí-las. Para Moraes (2000, p.300), a efetivação da mercê implicava na criação de estruturas produtivas. “Nas condições reinantes, a criação de lavouras de gêneros tropicais impunha-se como modelo geral de instalação”, logo, a já bem sucedida experiência com a cana-de-açúcar nas ilhas atlânticas foi transferida para as capitânicas. Para Abreu (1963), poucos foram os capitães que conseguiram efetivar esse projeto de ocupação, muitas vezes pela própria dificuldade econômica em implantar tal empreendimento, já que, em geral, não ocupavam o primeiro escalão da nobreza e dos comerciantes portugueses. O autor lembra que metade deles jamais pisou em suas capitânicas. Ver também Holanda (2003, pp.111-122).

<sup>10</sup> As feitorias eram formadas por consórcios de negociantes que, mediante pagamento prévio, recebiam terras em arrendamento para explorá-las em um prazo de três anos. Esse sistema já tinha sido implantado nas ilhas atlânticas, onde os portugueses desenvolveram atividades agrícolas (HOLANDA, 2003, p.104).

<sup>11</sup> O primeiro Governador-Geral do Brasil foi Tomé de Souza, que chegou na Baía de Todos os Santos para fundar a cidade sede (Salvador) em 1549, trazendo consigo o Regimento que lhe dava sustentação jurídica, bem como vários funcionários régios necessários para a administração e representantes da Igreja, cuja missão era criar o primeiro bispado no Brasil.



maior era reforçar a instalação portuguesa na América e garantir, de alguma forma, a viabilidade das capitanias hereditárias. A Coroa descobrira que a ocupação de sua possessão americana não poderia ocorrer sem a sua presença, não no sentido da centralização de poder e controle total do território, mas em garantir, ainda que minimamente, uma base normativa e militar para tal empreendimento<sup>12</sup>.

A configuração sócio-espacial nesse período (século XVI) foi marcada pela litoraneidade, ou, como prefere Azevedo (1994), pela maritimidade<sup>13</sup>. Para Cortesão (s/d), a tradição portuguesa de fixar-se no litoral é resultado de uma “cultura de latitude”, ou seja de um processo de expansão apoiado no domínio oceânico, tanto no intuito de buscar novas possessões quanto no de ocupá-las. Afastar-se do oceano, logo, do litoral, era afastar-se de uma tradição de ocupação territorial que garantiu centralidade econômica e política ao pequeno país europeu no início das navegações. Para Vicente (2000) e Queiroz (2000), nos dois primeiros séculos de colonização, tal tradição de ocupação apoiou-se no uso da cabotagem como a única forma de comunicação entre os núcleos litorâneos, em detrimento dos caminhos terrestres. Moraes (2000), após analisar o padrão de ocupação português na África, Ásia e América, toma de empréstimo os termos de um comentarista seiscentista, que chamava o sistema colonial português de filiforme e talassocrático<sup>14</sup>, o que Holanda (1975), vai chamar de padrão tradicionalista de ocupação portuguesa<sup>15</sup>.

<sup>12</sup> “A nomeação de Tome de Souza, em 1549, como capitão e governador-geral das terras da Baía e outras capitanias, embora não contrariando os privilégios econômicos antes concedidos (aos capitães donatários), fez transferir os direitos reais a um dos capitães que se converteu em representante do Rei. Ele recebia regimentos e instruções a partir de então entregues a todos os governadores e, mais tarde ao vice-rei, com modificações até o regimento de 1667. A partir dessa data os governadores e funcionários que seguiam para o Brasil aplicavam as leis e os regulamentos estabelecidos pelo *Conselho da Índia* (de 1604) o qual, em 1642 se converte em *Conselho Ultramarino*” (VICENTE, 2000, p.116, destaque do autor).

<sup>13</sup> A maritimidade está ligada diretamente ao termo que se empregava no período: “ocupar a marinha”. Holanda, (2003, p.146) apresenta e analisa o texto do historiador colonial do final do século XVIII – Frei Gaspar da Madre de Deus – que, ao analisar a ocupação do território brasileiro, revela a persistência da preocupação lusitana em ocupar o litoral.

<sup>14</sup> Em outras palavras, a configuração linear ou delgada (filiforme) costeira verificada em quase todas as colônias portuguesas era resultado do seu próprio poderio marítimo e controle dos mares (talassocrasia).

<sup>15</sup> Para Holanda (2003, p.145), esse padrão tradicionalista era resultado da tradição portuguesa de expansão pelo mundo. “Esses critérios, herdados, por sua vez da atividade mercantil das repúblicas italianas na Idade Média, visavam mais do que a instituição de um genuíno império colonial, à criação de

Pero de Magalhães Gândavo, em seu “*Tratado da Terra do Brasil*”, escrito em 1570, elucida tal padrão ao comunicar ao Rei que

*“não há pela terra de povoações de portugueses por causa dos índios que não consentem e também pelo socorro e tratos do Reino lhes he necessário estarem junto ao mar [para] terem comunicação de mercadorias. E por este feito vivem todos junto da costa.”* (GÂNDAVO, 2006, p.2, grifo nosso).

Embora seja consenso entre os historiadores de diferentes correntes historiográficas (ABREU, 1963; PRADO Jr., 1976; HOLANDA, 2000, 2003; MATTOS, 1987; MONTEIRO, 1994; FAUSTO, 1998; NOVAIS, 1983; MELLO e SOUZA, 1997), que a configuração territorial do Brasil nos séculos XVI e XVII era marcada pela litoraneidade, verificamos que há duas correntes de pensamento divergentes sobre a organização sócio-espacial desses núcleos litoraneizados.

A primeira reforça o isolamento dos primeiros núcleos e a extrema fixidez desses no litoral, pois as principais bases materiais do século XVI e XVII estavam localizadas nas capitanias de Pernambuco (Olinda), Bahia (Salvador), São Vicente e Rio de Janeiro, sendo as primeiras mais prósperas que as últimas. Esse quadro geográfico, foi interpretado pela historiografia e pelo pensamento geográfico como uma ocupação/configuração territorial em arquipélago ou, como quer Bernardes (1966 [s.p.]), “um verdadeiro arquipélago sócio-econômico”, padrão esse que vai se prolongar até o século XVIII. Tal interpretação limita-se em reconhecer alguns poucos núcleos coloniais e os têm num verdadeiro isolamento, resultado da debilidade das intercomunicações<sup>16</sup>. Para aqueles que analisaram a ocupação do território na perspectiva do isolamento dos primeiros núcleos coloniais, a fixação dos portugueses no litoral era uma condição de sobrevivência, pois:

Fixar-se junto às águas do Atlântico, dessas mesmas águas que também banham as costas lusitanas, constituía, até certo ponto, um gesto de sobrevivência e manifestação de uma esperança; afastar-se desse litoral e

---

uma rede de feitorias e centros de abastecimentos costeiros, sob a proteção de fortalezas, em volta das quais formariam núcleos relativamente estáveis de população.”

<sup>16</sup> Frei Vicente de Salvador talvez tenha cunhado a mais expressiva e, talvez, a mais empregada metáfora entre os historiadores e geógrafos para a forma como os portugueses ocupavam sua possessão na América, ao dizer que estes [os portugueses] “*contentam-se de andar arranhando as serras ao longo do mar como carangueijos*”. Frei Vicente do Salvador – História do Brasil. Rio de Janeiro, 1988, p.8 (edição de 1627). Cf. Mattos (1987, p.40).

Artigo encaminhado para publicação em junho de 2008.

Artigo aceito para publicação em julho de 2008.

ISSN: 1981-9021 – Geo UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008. 25p.



embrenhar-se pelo sertão desconhecido, planalto à dentro, era sujeitar-se a perigos de toda a ordem e a contratempos inimagináveis; era expor-se ao ataque da índia hostil e abdicar ao mínimo de conforto que a civilização podia oferecer. Em última palavra, trata-se de escolher entre a Vida e a Morte. As necessidades materiais exigiam essa permanência na costa. (AZEVEDO, 1994, pp. 30-1, grifo nosso)

Um forte determinismo geográfico impõe-se nessa perspectiva analítica para a ocupação territorial nos séculos XVI e XVII, uma vez que o impeditivo em adentrar, fixar-se e ocupar o interior, bem como estabelecer rotas de comunicação por terra entre as vilas era consequência da natureza hostil que dificultava o acesso ao interior, dada a barreira formada pelas escarpas abruptas das serras do Mar e da Mantiqueira, cobertas por uma densa floresta, povoada por animais ferozes e peçonhentos, índios selvagens e guerreiros, rios poucos navegáveis e pela presença de extensas faixas de manguezais (PRADO Jr., 2000)<sup>17</sup>.

Analisando as vilas e cidades do Brasil Colônia, Azevedo (1994, p.32), corrobora a idéia de ocupação em arquipélago, ao afirmar que “os núcleos surgiam de maneira isolada e esparsa, constituindo verdadeiros nódulos de população no imenso ‘deserto humano’ do Brasil de então.” Essa leitura tão amplamente utilizada pela Geografia Brasileira na primeira metade do século XX, ainda persiste nos trabalhos mais recentes.<sup>18</sup>

<sup>17</sup> Geiger (2001, p.165), retoma o sentido das cores no período renascentista para analisar a ocupação da América Portuguesa no século XVI: “Com o aparecimento da perspectiva e da paisagem na pintura, foi codificado que as cores quentes, como a sépia, seriam empregadas nos planos mais próximos; as cores frias, como o azul, nos mais afastados.” Nesse sentido, Albernaz ao desenhar e pintar de azul a serra em seus mapas, não apenas as localiza, como também nos diz: “aqui é distante, o desconhecido, ou ainda, o limite.”

<sup>18</sup> Ver capítulo 2: “Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional” do livro de Santos, M.; Silveira, M.L.. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

Artigo encaminhado para publicação em junho de 2008.

Artigo aceito para publicação em julho de 2008.

ISSN: 1981-9021 – Geo UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008. 25p.



*Na representação seiscentista de Albernaz, as serras são tratadas como verdadeiros obstáculos entre o litoral e o interior, imprimindo dois espaços bem distintos no território: o litoral ocupado e civilizado e, o sertão, desocupado, selvagem e bárbaro*

**ILUSTRAÇÃO 1:** “Mapa do Destricto do Rio de Janeiro” por João Teixeira Albernaz. In. *Estado do Brasil colegiado das mais sertas notícias q pode aivntar do Jerônimo de Ataíde por Teixeira Albernaz, cosmographo de Sua. Ma<sup>gde</sup>. Lisboa, 1631,*

Fonte: São Paulo. Calendário 2000. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.

É fato que a preocupação portuguesa e dos homens coloniais<sup>19</sup> estava voltada para o litoral, pois este não representava apenas o suporte da exploração econômica, como também era alvo de invasões estrangeiras que exploravam o pau-brasil e/ou fixavam-se no litoral em detrimento do interior. Durante toda a primeira metade quinhentista, a preocupação da Coroa portuguesa e dos homens coloniais era impedir que nações inimigas ameaçassem a conquista territorial já assegurada com o Tratado de Tordesilhas, bem como ameaçassem seus negócios comerciais. Além dos condicionantes naturais e militares (segurança), havia também as proibições régias que

<sup>19</sup> A expressão “*homens coloniais*” de Alencastro (2000), será utilizada toda vez que nos referirmos aos moradores da América Portuguesa, não só de origem lusitana direta ou de descendência, como também aqueles que forjaram a condição de “homens bons” mediante seus bens e “presteza” para com a Coroa. Desde cedo, esses homens viram na Colônia a possibilidade de constituírem riqueza e poder, configurando-se, verdadeiramente, como elites locais. Esses homens não só agiam como vassallos do Rei, como também indivíduos autônomos, seguindo seus interesses próprios e particulares, estabelecendo uma rede de atividades comerciais que envolviam todo o Atlântico Sul: a própria América Portuguesa, a bacia do rio da Prata e mercado negreiro na África. Cunha (2005), utilizou o conceito de homens coloniais para compreender as razões que faziam com que alguns governantes coloniais se fixassem na América Portuguesa, mesmo após já terem encerrado a “governança”.

impediam a fundação de núcleos distantes da costa<sup>20</sup>, evidenciando uma base normativa que imprimia a litoraneidade como configuração territorial no século XVI. Contraditoriamente a essa ordem proibitiva, as entradas exploratórias eram permitidas e incentivadas desde que possuíssem autorização especial do governador-geral ou, em sua ausência, do provedor-mor das fazendas e das capitânicas, “*mas tal autorização só haverá de conceder à quem pareça ir a bom recado, e que de sua ida e trato não siga prejuízo algum.*” (HOLANDA, 2003, p.146).

Paradoxalmente, é nesse ponto que emerge a corrente historiográfica que considera esses núcleos litorâneos de forma mais integrada, revelando seus nexos e, de alguma forma, uma certa tendência à interiorização, pois muitas dessas expedições e entradas ocorriam sem uma resposta de aprovação, ou ainda, como ocorria na maioria das vezes, nem se tomavam tais procedimentos legais, já que o tempo da circulação e comunicação entre a América Portuguesa e a Metrópole era muito lento. Para Araújo (2000), por mais que houvesse um impeditivo legal de interiorização, há que se afirmar que os primeiros colonos nem sempre viviam tão perto dos representantes do Rei, isto é, nos primeiros núcleos coloniais (vilas e cidades), e que o poder formal não existia em muitos desses ou, quando havia, era exercido de maneira a contentar muito mais aqueles que garantiam o equilíbrio das forças locais, produzindo em alguns lugares o que Alencastro (2000) chamou de “autonomismo” em relação à Metrópole.

Além desse distanciamento espaço-temporal com a Metrópole, inúmeras trilhas indígenas que uniam o litoral ao interior foram logo apropriadas pelos colonizadores, desempenhando papel fundamental nas entradas pelo interior. Sobre essa temática, Magalhães (1978), Holanda (1975, 2003) e Abreu (1963), nos dizem que, antes da chegada de Cabral, havia tribos no planalto que se comunicavam com o litoral por inúmeras trilhas no meio da mata densa e no relevo acidentado. Onde os portugueses

---

<sup>20</sup> Nas cartas de doações das capitânicas hereditárias sempre havia uma ordem expressa aos capitães donatários, aos governadores e a todos os seus sucessores que “*podiam fazer as vilas que bem desejassem desde que ao longo da costa e dos rios navegáveis*” (HOLANDA, 2003, p.148). A vila de Santo André da Borda do Campo (marco inicial para os povoamentos do planalto paulista), erigida sertão a dentro, não fora vista com bons olhos para o primeiro governador-geral, Tomé de Souza, tanto que este só autorizou a fundação da vila a partir do momento que viu nela uma estratégia para impedir que se povoasse para além desse núcleo, logo, impedir que se despovoasse a vila de São Vicente, localizada no litoral.



encontraram essa estrutura – dilatação espaço-temporal de comunicação com a Metrópole e caminhos e trilhas indígenas – houve maior tendência para as entradas. A criação da vila de São Paulo no interior da capitania de São Vicente se enquadrava nesse contexto. No entanto, como bem reforçou Holanda (2003, p.146):

o caso de São Paulo, onde os colonos e seus descendentes, brancos ou mestiços, se voltaram antes para o interior do que para a marinha, é, de qualquer forma, uma exceção. Em todo o restante do Brasil a regra, por muito tempo ainda, é seguir o povoamento aqueles padrões clássicos da atividade colonizadora portuguesa.

O rompimento da perspectiva historiográfica fundada nos ciclos econômicos também aponta para a superação do isolamento dos primeiros núcleos coloniais, uma vez que esses estavam articulados economicamente entre si, bem como com outras praças comerciais no Atlântico sul, notadamente no negócio de escravos com a África e contrabandeando com espanhóis a bacia Rio do Prata. Para Moraes (2002), os três principais núcleos coloniais (Olinda, Salvador e São Vicente), no final do século XVI, estavam articulados de modo que formavam “zonas de povoamento” ao invés de núcleos isolados de ocupação.

Em três áreas, basicamente, a proximidade e o nível de articulação entre os núcleos (revelando mesmo uma certa hierarquia, com o núcleo central exercendo uma clara polarização) permitem que se fale em zonas de povoamento, isto é, espaços contíguos de ocupação e exploração econômica. (MORAES, 2000, p.309)<sup>21</sup>

Esses três núcleos centrais estavam articulados com as suas respectivas zonas de produção, que se estendiam por quilômetros ao norte e ao sul, até suas próprias fronteiras de ocupação, ou mesmo extravasando-as para as possessões espanholas. Essa articulação se dava por meio da navegação de cabotagem, não sendo poucos os casos

---

<sup>21</sup> Moraes (2000, p.309-327) detalha como as três “zonas de povoamento” (Olinda, Salvador e São Vicente) estenderam a ocupação em quase toda a extensão litorânea do Brasil. Dessas, as duas primeiras foram as mais importantes e que apresentaram maior contigüidade ocupacional. Para o autor é até possível afirmar que ambas disputaram centralidade. Schwartz e Lockhart (2002) utilizam o conceito de centro e periferia para analisar as sociedades latino-americanas na época colonial. Para eles, a centralidade resultava do interesse da exploração européia de um produto de grande interesse, podendo ser mineral e/ou agrícola. A atual Região Nordeste, até meados do século XVI, assumia característica de periferia no quadro colonial das Américas. No entanto, em virtude do lucrativo mercado açucareiro instalado na região, tornou-se uma área central já nas últimas décadas do mesmo século. Russell Wood (1998), também aborda a ocupação quinhentista e seiscentista a partir dos conceitos de centro, *hinterlands*, *vorlands* e *unlands*.



em que um núcleo acossado por tribos hostis ou por navios estrangeiros logo pudesse receber por mar auxílio dos demais núcleos. Segundo Schwartz e Lockhart (2002), essas unidades com suas hinterlândias formavam unidades distintas ou, como prefere Moraes (2000, p.309), “autônomas do ponto de vista geográfico, mas plenamente integradas no que importa à economia. Tampouco, são áreas isoladas na concepção ratzeliana do termo.” Sobre a formação territorial brasileira no século XVI, assim sintetizou esse autor:

Enfim, os núcleos originários da formação do território colonial brasileiro encontram-se assentados no litoral na época da unificação das coroas ibéricas. Uma obra geopolítica de conquista havia sido realizada. De todos os centros de assentamento partiam movimentos de exploração e expansão geradores de novos núcleos e povoamentos. Tais fluxos abriam o conhecimento de novas áreas e definiam percursos, alargando o horizonte geográfico do colonizador lusitano e recortando extensas zonas de trânsito e visitação esporádica. O povoamento colonial avançava nos espaços contíguos, gerando zonas contínuas de ocupação e jogando para diante as fronteiras do território ocupado. (MORAES, 2000, p.328)

As capitânicas hereditárias, as empresas açucareiras e a Instalação do Governo Geral garantiram a instalação portuguesa na América, fixando as bases materiais e normativas essenciais para o período seguinte da colonização.

### III – O período da manutenção territorial

O segundo período geohistórico da configuração territorial brasileira foi chamado por muitos historiadores como o período da “*expansão geográfica*” (WEHLING & WEHLING, 1999, p.110). Bernardes (1966 [s.p]), ao comentar sobre essa formação territorial foi categórico ao dizer que:

embora correspondam ao século XVIII os lances mais espetaculares da expansão do povoamento do Brasil, no século XVII sucederam-se fases significativas de consolidação do povoamento litorâneo, expansão interior e incorporação de territórios além meridiano de Tordesilhas.

Contrapondo-se a essa leitura, Moraes (2000), Araújo (2000) e Bicalho (2003) nos dizem que a simplificação geográfica ao considerar o século em questão (XVII) como o período de expansão territorial não possibilita o entendimento da complexidade



do processo. Na verdade, tal síntese serve apenas para pensar a ponta final do processo, quando no seu bojo o que houve foi um processo paradoxal de fragmentação, consolidação e expansão, devido aos eventos geopolíticos importantíssimos ocorridos na Europa com repercussões em todas as escalas da Colônia. Nesse sentido, sob a lógica dos portugueses e dos homens coloniais, a palavra que poderia designar esse período é manutenção, ou seja, um período histórico cuja marca seria a da manutenção do território.

Dentre esses eventos, destaca-se a União das Coroas de Portugal e Espanha – União Ibérica<sup>22</sup> - ocorrida entre os anos de 1580-1640. Num contexto de exclusivo mercantil<sup>23</sup>, a União das Coroas aumentou ainda “a cobiça e a hostilidade dos tradicionais inimigos da Espanha quanto ao Brasil” (MORAES, 2000, p.355), rebatendo nesse último as disputas e conflitos pela hegemonia que se travavam na Europa.<sup>24</sup>

Os ingleses, franceses e holandeses que já questionavam a partilha do mundo entre portugueses e espanhóis a partir do Tratado de Tordesilhas, com a União Ibérica,

---

<sup>22</sup> A união das Coroas de Portugal e da Espanha ou, simplesmente, União Ibérica, como preferem os historiadores, foi resultado de uma crise dinástica da Casa de Avis, iniciada com o desaparecimento (morte) do rei de Portugal, D. Sebastião, em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, ocorrida no norte da África, em defesa de Mazagão contra os mouros de Marrocos. Além de todo o discurso religioso – Cruzada – o Rei estava interessado em dominar o comércio dessa região, rica em ouro, gado e açúcar. Como D. Sebastião não tinha descendentes diretos, assumiu provisoriamente o trono seu tio-avô, o Cardeal D. Henrique. Com a morte deste em 1580, a crise dinástica se aprofundou, pois a sucessão ficou em aberto com vários candidatos ao trono. Desses, saiu vitorioso o Rei da Espanha Felipe II, filho do rei espanhol Carlos V com Isabel de Portugal, filha dos reis de Portugal Manuel I e Maria de Aragão. A nobreza portuguesa que, na ocasião, encontrava-se depauperada em virtude da guerra no norte da África, não criou resistências porque via na União das Coroas a possibilidade de se beneficiar do rico império espanhol.

<sup>23</sup> O exclusivo metropolitano ou exclusivo mercantil consistia num conjunto de normatização que impedia a prática da concorrência entre as metrópoles e as colônias. Cabia a essas últimas a exclusividade do comércio externo em favor da sua Metrópole. “Tratava-se de impedir ao máximo que navios estrangeiros transportassem mercadorias da Colônia, sobretudo, para vender diretamente em outros países da Europa (...). Em termos simplificados, buscava-se deprimir, até aonde fosse possível, os preços pagos na Colônia por seus produtos para vendê-los com maior lucro na Metrópole. Buscava-se também maiores lucros da venda na Colônia, sem concorrência dos bens por ela importados” (FAUSTO, 1998, p.56).

<sup>24</sup> A União Ibérica também produziu na América contatos intra-americanos que, no século seguinte, viriam a legitimar a defesa portuguesa no alargamento das fronteiras do Brasil no Tratado de Madri (1750). Apesar de proibidas, segundo Holanda (1986, p.163), a comunicação se deu em três frentes: a dos “aventureiros”, que partindo da vila de São Paulo buscavam o Paraguai por terra ou pelos cursos dos rios, objetivando retornar com índios para serem escravizados; a do “contrabando”, que unia vários portos brasileiros, sobretudo, o do Rio de Janeiro à bacia do Rio da Prata; e, por fim, a da “curiosidade” que visionava chegar às ricas minas do Peru pelo Amazonas.



lançaram-se com maior ímpeto na disputa colonial, invadindo e ocupando possessões portuguesas e espanholas. Segundo Marques, citado por Moraes (2000, p.356), cada um desses países inseriu-se na “geopolítica” do século XVII de forma diferenciada: “os franceses demonstravam um objetivo colonizador, buscando assentar-se em áreas ainda não povoadas; os ingleses apenas saqueavam sem buscar um assentamento efetivo; e os holandeses visavam a conquista atuando em áreas já produtivas.”

De alguma forma, esses interesses tão distintos manifestaram-se no Brasil. Contudo, aquele que mais se materializou geograficamente foi emanado a partir dos objetivos holandeses. Para Puntoni (2002), com a União Ibérica, os espanhóis aumentaram o rigor do exclusivo metropolitano sobre o comércio realizado no Brasil, impedindo que empresas mercantis de outras nações aportassem nas principais praças brasileiras. Os holandeses que transportavam, na ocasião, boa parte da produção açucareira de Pernambuco foram os mais prejudicados com o fechamento dos portos comandado pelos espanhóis. Por outro lado, combater a monarquia e o império espanhol era fundamental para a própria sobrevivência da Holanda no cenário europeu, uma vez que este originara-se da independência daquele. Esse duplo conflito geopolítico europeu culminou na invasão da capitania de Pernambuco (1630-1654) pelos holandeses que, logo em seguida, alastraram-se por quase todo o norte, como era chamada parte da atual Região Nordeste (ABREU, 1963; HOLANDA, 2000).

A invasão holandesa produziu um complexo rearranjo territorial na América Portuguesa ao longo do século XVII. Primeiramente, ao se instalarem, os holandeses conseguiram controlar a travessia do Atlântico, tornando suas águas perigosas para a navegação portuguesa, que tinha seus navios constantemente capturados. Esse fato resultou em enormes prejuízos para os comerciantes instalados no Brasil, especialmente nas praças de Salvador e do Rio de Janeiro.

Economicamente, os holandeses tomaram da União Ibérica, sobretudo, de Portugal<sup>25</sup>, a principal fonte de riqueza advinda da Colônia: a produção açucareira.

---

<sup>25</sup> Para Moraes (2000, p.345), o rei espanhol optou pela manutenção da “autonomia formal da administração do reino português e de suas colônias, que passavam a ser dirigidas por um conselho composto por elementos do clero e da aristocracia lusitana – o qual respondia diretamente à Coroa



Segundo Schwartz & Lockhart (2002, p.245), os engenhos de açúcar nos Seiscentos eram “a instituição social central da vida econômica da Colônia”. Para Furtado (2000), a produção açucareira foi o setor dominante em todo o século XVII, pois envolvia um complexo sistema produtivo, ultrapassando os limites da produção agrícola, uma vez que a necessidade de processar a cana-de-açúcar no local de origem fazia da atividade uma combinação de empreendimentos agrícola e industrial, além da grande quantidade de capital e crédito que envolvia toda a sua produção e distribuição. A produção também demandava profissionais especializados, como ferreiros, carpinteiros, tanoeiros e pedreiros, além, é claro, dos técnicos da produção do açúcar. Nesse contexto, é possível imaginar o dinamismo da atividade açucareira como geradora de fluxos capazes de articular diferentes núcleos e regiões na América Portuguesa.

Como nosso objetivo não é trazer à tona toda a complexidade da atividade açucareira, cabe-nos apresentar, sinteticamente, algumas de suas necessidades e articulações, para que possamos compreender a importância da invasão holandesa em Pernambuco, seu impacto na formação sócio-espacial brasileira e todo o esforço produzido na Colônia e na Metrópole para a expulsão dos invasores

A primeira necessidade da atividade açucareira foi o abastecimento de mão-de-obra para os engenhos e, sobretudo, para as lavouras. Nos primeiros anos de instalação dessa atividade, a mão-de-obra utilizada era a escrava indígena, capturada em diversas frentes, destacando as incursões nos sertões do rio São Francisco e do Maranhão, bem como as entradas e bandeiras paulistas nas atuais regiões Sudeste e Sul. Num segundo momento, os índios foram substituídos pelos escravos africanos. A historiografia nos diz que a relação da atividade açucareira com o tráfico negreiro era altamente lucrativa, consubstanciando uma intensa atividade comercial no Atlântico sul.

Outra atividade complementar à açucareira, porém pouco estudada, foi a do extrativismo de lenha para utilização no beneficiamento da cana-de-açúcar nas

---

espanhola nos mesmos moldes do Conselho das Índias.” Com essa política, D. Felipe II assegurou o apoio da nobreza portuguesa na União das Coroas, mantendo dois reinos praticamente distintos, porém, com um só rei. Segundo J.H. Elliot (1986), citado por Moraes (2000, p. 345), “a estrutura imperial da Espanha implicava um modelo administrativo geograficamente setorizado, e, nesse sentido, Portugal e suas colônias passavam a ser mais um componente deste complexo mosaico. Com a unificação, o império português torna-se mais uma peça no patrimônio ingovernável dos Habsburgos.”

Artigo encaminhado para publicação em junho de 2008.

Artigo aceito para publicação em julho de 2008.

ISSN: 1981-9021 – Geo UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008. 25p.



fornalhas. Dean (1996), nos fala que enquanto o preamento do índio dizimou tribos inteiras nos arrabaldes dos engenhos, a busca pela lenha levou à devastação da mata atlântica para cada vez mais longe, abrindo espaço para o plantio da cana.

A instalação do complexo açucareiro também demandou atividades de abastecimento alimentar. Dessas, destaca-se a criação de gado bovino. Enquanto a cana ocupava as terras férteis do litoral, a pecuária bovina expandia-se em duas frentes para o interior: a região do rio São Francisco e o eixo que se abria no sentido Olinda-Piauí, chamados, respectivamente, de sertão de dentro e sertão de fora. Segundo Araújo (2000, p.51), “não demorou muito e o gado baiano, como um exército de chifres, sem grandes estardalhaços, percorreu léguas por vastidões adentro, do imenso território brasileiro”, provendo o que Sodré (1990, p.135), chamou de “expansão horizontal”.

Diante do quadro de referência acima descrito, é possível compreendermos o que Moraes (2000), quis dizer ao afirmar que a invasão holandesa processou-se muito mais como uma “conquista” do que uma mera invasão, uma vez que objetivava a submissão e apropriação de uma economia já efetivamente instalada e lucrativa.

Em pouco tempo de invasão, os holandeses conquistaram toda a faixa litorânea do norte, isto é, do litoral maranhense até a atual delimitação entre Sergipe e Bahia, na foz do Rio Real. Além dessa conquista, eles tomaram dos portugueses o lucrativo negócio do tráfico negreiro com a conquista de Luanda (Angola) e de São Tomé em 1641 que, na ocasião, eram as principais praças fornecedoras de escravos da África.

Essa dupla conquista produziu repercussões imediatas na formação sócio-espacial na América Portuguesa. Primeiramente, subcentros como Rio de Janeiro e São Paulo também assumiram, no quadro colonial, a centralidade econômica que antes era exercida pelas capitânicas de Salvador e Pernambuco. Em segundo lugar, com a dificuldade no abastecimento de escravos negros, as bandeiras paulistas tiveram nas invasões holandesas o estímulo e as justificativas mais do que necessárias para



continuarem a captura de *negros da terra*<sup>26</sup> para o trabalho escravo, chegando a atingir e destruir inúmeras reduções jesuíticas na bacia do Paraná.

Diante desse quadro e da contínua perda de autonomia administrativa para os espanhóis, que intensificavam sua política centralizadora, bem como na transformação da América Portuguesa em zona de manobra nas estratégias geopolíticas da diplomacia filipina (MORAES, 2000), emerge em Portugal o movimento chamado de Restauração Nacional. Tal movimento iniciou-se com a aclamação de D. João IV, em 1640, e concluiu-se em 1668, com o reconhecimento da nova dinastia (Casa de Bragança) pelo Papa. Segundo Moraes (2000, p.371):

Tem-se, portanto, um período de quase três décadas, durante as quais os portugueses tiveram de atuar – no campo militar e diplomático – para consolidar sua soberania nacional. Processo que envolveu grandes esforços e significativos recursos, além de tino político considerável, visto que a emancipação de Portugal era parte de uma conturbada conjuntura continental na época.

Os portugueses, após a Restauração, além de terem perdido quase todas as praças comerciais que possuíam na Ásia e na África para os holandeses e ingleses, encontraram sua colônia na América praticamente fragmentada, restando-lhes poucos espaços de atuação com autonomia, a saber: i) a faixa litorânea localizada ao norte da capitania da Bahia estava sob domínio holandês; ii) o Estado do Maranhão, que compreendia toda a bacia do Rio Amazonas até o atual Estado Ceará, estava sob jurisdição administrativa independente do Estado do Brasil<sup>27</sup>; iii) no extremo sul, mais

<sup>26</sup> O índio capturado pelo bandeirantes paulista para servir de escravo em sua fazenda de abastecimento, ou mesmo, para ser vendido para os planteis de cana-de-açúcar era chamado de “negro da terra” (MONTEIRO, 1994).

<sup>27</sup> A criação do Estado do Maranhão, em 1621, por ordem do Rei da Espanha, era uma resposta aos portugueses que avançavam para o Vale Amazônico após a expulsão dos franceses do Maranhão em 1615. Segundo Furtado (2000, p. 68), “a experiência já havia demonstrado [aos portugueses] que a simples defesa militar sem a efetiva ocupação da terra era, a longo prazo, operação infrutífera, seja porque os demais povos não reconheciam direito senão sobre as terras efetivamente ocupadas, seja porque, na ausência de bases permanentes em terra, as operações em defesa se tornavam muito mais onerosas. [...] Foi defendendo as terras de Espanha dos inimigos desta que os portugueses se fixaram na foz do grande rio, posição-chave para o fácil controle de toda a imensa bacia.”.Nesses idos, a nobreza em Lisboa, já se apresentava descontente com a União das Coroas e procurava, cada vez mais, ocupar os territórios da América sob o domínio espanhol para assegurar o direito do *uti possidetis* numa possível separação das Coroas. Entretanto, a criação do Estado do Maranhão não impediu a consolidação e avanço dos portugueses pelo vale do rio Amazonas, pois durante o período da Monarquia Dual (União Ibérica) a administração do Brasil e do Maranhão, na prática, cabia ao conselho formado pelo clero e pela

precisamente na bacia do Paraná, as missões jesuíticas impunham ambigüidade à soberania portuguesa; iv) a formação do grande quilombo dos Palmares, que ocupava vasta área entre os domínios holandês e português no entre Recife e Salvador. A esses dois últimos (missões e quilombo), Moraes (2000) chama de “extraterritorialidades”.

Segundo Abreu (1963), o Brasil apresentava-se para Portugal como a única saída para a superação de sua crise no quadro geopolítico europeu, mesmo que para isso fosse necessário se abdicar de suas demais possessões coloniais na África e Ásia. Conforme aponta Wehling & Wehling (1999), a primeira medida importante tomada pela recém-aclamada Coroa Portuguesa, para superar os obstáculos oriundos dos eventos geopolíticos da primeira metade do século XVII, foi a adoção de postura política mais centralizadora com a criação do Conselho Ultramarino, em 1642, substituindo a antiga Casa da Índia e o Conselho das Índias (espanhol), cabendo-lhe a orientação política, econômica e tributária da América Portuguesa naquilo que seria mais relevante à mera rotina burocrática.

Na verdade, o Conselho Ultramarino revelou certa tradição centralizadora herdada dos espanhóis nos sessenta anos de União Ibérica. Uma de suas ações imediatas foi a criação da Companhia do Comércio, em 1649, inscrita nas lógicas do exclusivo mercantil de sustentação de amplos privilégios do comércio entre a Metrópole e a Colônia.<sup>28</sup>

Após a Restauração o maior empenho da Coroa foi a expulsão dos holandeses do litoral norte que, segundo Abreu (1963) e Mello (1975), a campanha jamais teria sido vitoriosa sem a ação efetiva dos homens coloniais do litoral norte, que haviam perdido ou viam seus negócios açucareiros e comerciais arruinados com a presença dos batavos. O movimento iniciou-se por volta de 1642, com a retomada do Maranhão, chegando com força em Pernambuco em 1645; mas somente tornou-se vitorioso em 1654. Por meio desse movimento, revelou-se a tática luso-brasileira de empreender uma guerra

---

aristocracia lusitana, logo, pelos portugueses. O Estado do Maranhão, era, nesse sentido, apenas mais um elemento do jogo diplomático entre Espanha e Portugal.

<sup>28</sup> Bicalho (2003), revela-nos um pouco desses privilégios a partir do monopólio no embarque dos produtos coloniais para Europa, na venda e na fixação dos preços dos principais produtos vindos da Metrópole, como a farinha de trigo, o vinho, o azeite de oliva e o bacalhau. Em seu livro, a autora trabalha detalhadamente os impactos da criação da Cia Geral do Comércio na praça do Rio de Janeiro.

Artigo encaminhado para publicação em junho de 2008.

Artigo aceito para publicação em julho de 2008.

ISSN: 1981-9021 – Geo UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008. 25p.



lenta a partir do interior, desorganizando a produção açucareira com a destruição das plantações de cana-de-açúcar e dos engenhos, tornando o empreendimento holandês altamente deficitário. Logo, os batavos se viram acossados no núcleo do Recife, para serem definitivamente expulsos da América Portuguesa.

Com a retomada de Pernambuco e de toda a faixa litorânea, a soberania portuguesa voltou a se instalar na área de maior interesse econômico: na dos plantéis açucareiros. Nas décadas seguintes, a Coroa, por intermédio do Conselho Ultramarino, não mediu esforços para consolidar e ampliar seu poder e controle na América Portuguesa. Empenhando-se, sobretudo, na recuperação dos engenhos destruídos durante a guerra com os holandeses, na destruição do Quilombo dos Palmares, no incentivo à instalação de núcleos e vilas no sertão, assim como nas entradas e bandeiras de descobrimentos de metais preciosos a partir da vila de São Paulo.

Esse conjunto de eventos durante todo o século XVII, sob o ponto de vista da formação sócio-espacial, trouxe para a América Portuguesa importantes conseqüências<sup>29</sup>, porém, pouco consolidado e ainda indefinido quanto às suas fronteiras. Sobre isso, assim afirmou Moraes (2000, p.402):

a conformação básica do futuro território brasileiro estava posta, o que não significa que estivesse consolidado o domínio de todo o espaço que o compõe (...). O que se consolidava no final dos Seiscentos era o controle pleno de uma superfície já considerável, composta de núcleos de ocupação (...), com espaços de povoamento contínuo, a exemplo de São Paulo, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro.

Na verdade, mesmo com todos os eventos geopolíticos que imprimiram novas espacialidades no território, a sua configuração territorial pouco se alterou no século XVII em relação ao século anterior, mantendo a faixa litorânea com sua zonas de povoamento e as atividades de exportação ali instaladas como o núcleo central da América Portuguesa. Prado Jr. (2000, pp. 247-48), ao analisar a circulação no Brasil nos dois primeiros séculos de colonização, também corrobora essa afirmação, uma vez que o litoral era “a grande via que articula[va] entre si todos os núcleos de povoamento e seus sistemas locais respectivos de comunicações”. Para o autor, em virtude das

---

<sup>29</sup> Muito mais eufórico, afirma Prado Jr. (1976, p.50), “a ruína de Portugal significara o desenvolvimento desmesurado do nosso país.”



atividades econômicas instaladas na Colônia “não se [afastarem] da proximidade do mar”, as vias de circulação também pouco adentravam o interior<sup>30</sup>. Utilizavam, sobretudo, os rios que faziam barra no litoral para acessarem os plantéis e currais que não estavam tão distantes da costa. Para o autor, a litoraneidade era tão forte nesse período que os caminhos interioranos visavam apenas “contornar com uma volta os obstáculos da marinha”, uma vez que “o litoral da Colônia é por natureza geograficamente compartimentado”.

Toda a expansão além-Tordesilhas a partir dos eixos Maranhão-Belém, Pernambuco e Bahia (sertões de dentro e de fora, conforme eram chamados<sup>31</sup>) e São Paulo, não foram capazes de estabelecer bases fixas e dinâmicas de ocupação e um sistema unificado de circulação interna, configurando-se, como propõe Moraes (2000, p.401), “numa vasta zona de trânsito e visitação na *hinterland* englobada na designação de sertão”.<sup>32</sup> Porém, não podemos deixar de mencionar que essas “experiências sertanistas” se tornariam fundamentais para garantir, no século seguinte, a expansão territorial da América Portuguesa.

### Considerações finais

Não podemos discordar de que nos dois primeiros períodos de colonização a formação territorial brasileira foi marcada pela litoraneidade ou maritimidade. Todavia, pensar tal configuração como sinônimo de ocupação em arquipélago, não nos ajuda a avançar na leitura geográfica do Brasil colonial porque fixa a análise a pontos isolados

---

<sup>30</sup> Quando o primeiro governador-geral do Brasil (1548), Tomé de Souza, trouxe o Regimento para instituir, efetivamente, o poder régio na América Portuguesa, trouxe no seu bojo a proibição legal para a circulação por terra entre as capitanias existentes. O regimento ainda determinava que “*não vá ninguém por terra de uma a outra capitania sem licença especial das autoridades referidas, ainda quando reinem paz e tranqüillidade naqueles lugares, para evitar alguns inconvenientes que disso seguem*”. Cf. Holanda (2003, p.148).

<sup>31</sup> Após analisar a expansão dos currais de gado bovino pelo sertão nordestino, Sodré (1990, p.136) é categórico em afirmar que eles “apenas esboçaram uma ocupação efetiva dessas paragens, pois nesses dois séculos de expansão a atividade não conseguiu superar “a precariedade de sua bases econômicas”.

<sup>32</sup> Para Prado Jr. (2000, p.29) “mesmo no segundo século, a penetração é tímida. Excluo as bandeiras, está visto, que andaram por toda à parte, mas que exploram apenas e não fizeram povoadores. De ocupação efetiva para o interior, à parte o caso excepcional de São Paulo, plantado de início no planalto e arredado da costa, encontramos apenas marcha progressiva das fazendas de gado no sertão nordestino e a lenta e escassa penetração da bacia amazônica”. Para o autor, esses núcleos criaram pequenos sistemas autônomos de circulação.

do território, extremamente dependente das variáveis demográfica e econômica. Quando, de fato, tais núcleos estavam articulados num processo dual, porém integrados, de arranjos horizontalizados e verticalizados de ações econômicas, sociais, políticas e militares entre si, bem como com outras praças comerciais na África e América Espanhola e, evidentemente, com a metrópole, num processo que podemos chamar de solidariedade espacial.

Os primeiros núcleos estavam articulados e integrados no ir e vir das embarcações carregadas de conteúdos econômicos (exclusivo mercantil) e político-normativo (chegada e saída dos funcionários, correspondências, ordens, regimentos e demais documentos régios) de ordem vertical e horizontal, ou seja, tanto expressavam os interesses metropolitanos quanto os dos homens coloniais. Por mais que essa comunicação na escala local (interna a colônia) e global (entre a colônia e a metrópole) estivesse distanciada no tempo-espaço, a sociedade desses núcleos coloniais e de suas hinterlândias organizavam-se tanto para a presença quanto para a ausência dessas embarcações.

A irregularidade da chegada das embarcações da Cia do Comércio nos portos das principais praças comerciais (Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro), ao mesmo tempo em que desarticulava toda a rede produtiva desses núcleos, também criava as condições para novas articulações internas e externas (comércio com o Prata e África), a fim de garantir a sobrevivência e a manutenção dos homens coloniais no jogo das relações coloniais. Foi a partir dessa solidariedade espacial que se formou internamente uma sociedade que ora direcionava seus interesses para a metrópole, ora para a colônia. É nesse sentido que podemos entender as ações desses atores sociais na expulsão dos Franceses de São Luis e dos holandeses de Recife, nas entradas e ocupação com a pecuária extensiva dos vastos sertões “de dentro” e “de fora” do semi-árido nordestino, nas bandeiras de preamento indígenas, nas cabotagens internas, no comércio de escravos com a África e no contrabando com a bacia do Prata.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigo encaminhado para publicação em junho de 2008.

Artigo aceito para publicação em julho de 2008.

ISSN: 1981-9021 – Geo UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008. 25p.





ABREU, João Capristano de. Capítulos de História Colonial & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil. 5. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

ABREU, Maurício de Almeida. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs.) Questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

----- A apropriação do território no Brasil Colonial. In: CASTRO, I.E. de; GOMES, P.C. da C.; CORRÊA, R.L. (orgs.). Explorações Geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

----- Construindo uma Geografia do Passado: Rio de Janeiro, cidade portuária, século XVII. GEOUSP. São Paulo, nº 7. FFLCH/USP, 2000.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico Sul. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ANDRADE, Manuel Correia de. A trajetória do Brasil (de 1500 a 2000): a produção do território, definição de fronteiras, região, nação e integração regional. São Paulo: Contexto, 2000.

ARAÚJO, Emanuel. Tão vasto, tão ermo, tão longe: o sertão e o sertanejo nos tempos coloniais. In: PRIORI, M. (org.). Revisão do Paraíso: os brasileiros e o Estado em 500 anos de História. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

AZEVEDO, Aroldo de. Vilas e cidades do Brasil Colonial. Ensaio de Geografia Urbana Retrospectiva. Terra Livre. São Paulo, Associação dos Geógrafos Brasileiros. n.10, 1994.

BERNARDES, Nilo. Incorporação do litoral e povoamento do interior. In: Atlas Nacional do Brasil – Parte Geral. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Conselho Nacional de Geografia, 1966.

BICALHO, Maria Fernanda. A cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BRUNHES, Jean. Geografia Humana. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962.

CABRAL, Mário Vasconcellos da Veiga. Corografia do Brasil (curso superior). 30 ed. São Paulo : Livraria Francisco Alves, 1953.

Artigo encaminhado para publicação em junho de 2008.

Artigo aceito para publicação em julho de 2008.

ISSN: 1981-9021 – Geo UERJ. Ano 10 - nº 18 - Vol. 1 - 1º semestre de 2008. 25p.



- CASAL, Aires de. Corografia Brasílica ou relação histórico-geográfica do Reino do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1976.
- CORTESÃO, Jaime. Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madri. Parte I, tomo I. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores; Instituto Rio Branco, (s/d).
- DEAN, Warren. A ferro e fogo: história e devastação da mata atlântica. São Paulo: Cia das Letras, 1996.
- DEFFONTAINES, Pierre. Como se constituiu no Brasil a rede de cidades. Cidades. Presidente Prudente. v.1, n.1, 2004.
- ELLIS Jr., Alfredo. O bandeirantismo paulista e o recuo do meridiano. 3. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1938.
- FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro. 6ª ed. Vol. 1. São Paulo: Globo, 1984.
- FAUSTO, Boris. História do Brasil. São Paulo: Edusp, 1998.
- FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. 27 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).
- GÂNDAVO, Pero de Magalhães. Tratado da Terra do Brasil: História da Província Santa Cruz. Belo Horizonte, Itatiaia, 1980. (Acessado em 28/08/2006). <<http://www.cce.ufsc.br/~nupill/literatura/danda1.html>>
- GEIGER, Pedro Pinchas. Litoralização e interiorização no Brasil. In: ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato. Paisagem, Imaginário e Espaço. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001.
- GUELKE, L. Historical geography and Collingwood's theory of historical knowing. IN: BAKER, A.R.H.; BILLINGE, M. (eds.) Period and place: research methods in historical geography. Cambridge: Cambridge Studies in Historical Geography, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Caminhos e Fronteiras. 2 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1975.
- O extremo oeste. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- História geral da civilização brasileira. Tomo 1. Época Colonial. Do descobrimento à expansão territorial. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.



- MAGALHÃES, Basílio de. Expansão geográfica do Brasil Colonial. 4. ed. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1978.
- MAGNOLI, Demétrio. O Estado em busca de seu território. Terra Brasilis: território. Rio de Janeiro, anos III e IV, n. 4 e 5, 2002-2003.
- MATTOS, Ilmar Rohloff. O tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC/MinC/Pró-Memória/Instituto Nacional do Livro, 1987.
- MELLO, Evaldo Cabral de. Olinda restaurada: guerra e açúcar no Nordeste, 1630 – 1656. São Paulo: Fiorense – Edusp, 1975.
- MELLO e SOUZA, Laura de. Formas provisórias de existência: a vida cotidiana nos caminhos, nas fronteiras e nas fortificações. In: MELLO e SOUZA, L. de. (org.). História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América Portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- MONBEIG, Pierre. O Brasil. 5 ed. São Paulo: Difel, 1975.
- MONTEIRO, John Manuel. Negros da Terra. Índios e Bandeirantes nas origens de São Paulo. Companhia das Letras, São Paulo, 1994.
- MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI. Hucitec, São Paulo, 2000.
- Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume; Hucitec, 2002.
- NOVAIS, Fernando. Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808). 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1983.
- PRADO Jr., Caio. História Econômica do Brasil. 37 ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.
- Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense; Publifolha, 2000. (Grandes Nomes do Pensamento Brasileiro).
- PUNTONI, Pedro. Os holandeses no comércio colonial e a conquista do Brasil, 1540-1635. In: SZMRECSÁNYI, T. (org.). História econômica do período colonial. São Paulo: Edusp; Hucitec; Imprensa Oficial de São Paulo, 2002.
- QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. Transportes e comunicações no Brasil: Breves considerações sobre as fontes para sua história. América Latina en la Historia Económica. México DF, n. 14, enero-diciembre, 2000.



- RUSSELL-WOOD, A.J.R.. Centros e periferias no mundo Luso-Brasileiro, 1500-1808. Revista Brasileira de História. São Paulo. Vol.18, n.36, 1998.
- SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SCHWARTZ, Stuart B. & LOCKHARD, James. A América Latina na época colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- SÃO PAULO. Calendário 2000. São Paulo: Imprensa Oficial, 2000.
- SIMONSEN, Roberto C. História Econômica do Brasil. 5 ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967.
- SODRÉ, Nelson Werneck. Formação Histórica do Brasil. 13 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. História Geral do Brasil antes da sua separação. v.3, tomo III e IV. Revisão e notas J. Capistrano de Abreu, Rodolfo Garcia. 10 ed. integral. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1981.
- VICENTE, Antônio Pedro. Brasil: factores de unidade. Camões: Revista de Letras e Cultura Lusófonas. Lisboa, N. 8 (jan.-mar). Instituto Camões, 2000.
- WEHLING, Arno & WEHLING, Maria José C.M.. Formação do Brasil Colonial. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

